

Português

Notas sobre o ensino universitário da sociologia e a profissão de sociólogo

Carlos Manuel Gonçalves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP)

Resumo

Elenca-se um conjunto de notas sintéticas sobre o ensino universitário da sociologia e a profissão de sociólogo. São contributos para o debate, que deve ser continuado e permanente no seio do grupo profissional dos sociólogos. No caso do ensino, apresentam-se dados sobre a sua procura e oferta institucional, que servirão para a discussão sobre alguns atributos dos sociólogos no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Sociologia; Sociólogos; Ensino universitário da sociologia.

English

Notes on university teaching of sociology and the profession of sociologist

Abstract

A set of synthetic notes on university teaching of sociology and the profession of sociologist are presented. The aim is to contribute to the debate, which must be continued and permanent within the professional group of sociologists. In the case of teaching, data on its institutional demand and supply are presented, which will serve to discuss some attributes of sociologists in the job market.

Keywords: Sociology; Sociologists; University teaching of sociology.

Français

Notes sur l'enseignement universitaire de la sociologie et le métier de sociologue

Résumé

Un ensemble de notes synthétiques sur l'enseignement universitaire de la sociologie et le métier de sociologue est présenté. L'objectif est de contribuer au débat, qui doit être poursuivi et permanent au sein du groupe professionnel des sociologues. Dans le cas de l'enseignement, des données sur sa demande et son offre institutionnelle sont présentées, ce qui servira à discuter certaines qualités des sociologues sur le marché du travail.

Mots-clés: Sociologie; Sociologues; Enseignement universitaire de sociologie.

Español

Apuntes sobre la enseñanza universitaria de la sociología y la profesión del sociólogo

Resumen

Se presenta un conjunto de apuntes sintéticos sobre la enseñanza universitaria de la sociología y la profesión del sociólogo. El objetivo es contribuir al debate, que debe ser continuo y permanente dentro del colectivo profesional de los sociólogos. En el caso de la docencia, se presentan datos sobre su demanda y oferta institucional, que servirán para discutir algunos atributos de los sociólogos en el mercado laboral.

Palabras clave: Sociología; sociólogos; enseñanza universitaria de la sociología.

O presente texto regista um conjunto de notas que foram parcialmente explanadas no Painel 2 – “Profissionalização da sociologia e mercado de trabalho dos sociólogos”¹ - do colóquio "25 de Abril e Sociologia em Portugal", organizado pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto em 27 de setembro de 2024. São notas sintéticas. Saudamos a iniciativa como um momento importante de reflexão e debate (atributos do *ethos* do sociólogo), de cruzamento de ideias de várias gerações de sociólogos, e pela demonstração das relações intrincadas entre a evolução da sociologia portuguesa e a democratização do nosso país no pós Abril de 1974.

1.

Consideramos que os sociólogos portugueses constituem presentemente um grupo profissional de elevada qualificação científica e técnica (Tripier *et al.*, 2011; Gonçalves, 2006). Assistimos nos últimos cinquenta anos ao seu processo de emergência e consolidação. Tem sido uma profissionalização temporalmente contínua, marcada pela complexidade e pela alteração dos padrões de evolução em que pontifica uma relação, de natureza umbilical, com a investigação científica e o ensino universitário da sociologia². Disto nos dá conta, ao longo dos anos, um naipe alargado de contribuições de sociólogos com uma notória capacidade de análise e

¹ O painel contou com as contribuições de António Firmino da Costa (ISCTE-IUL, CIES), Madalena Ramos (ISCTE-IUL, CIES), Ana Ferreira (FCSH-UNL, CICS.NOVA) e do autor e foi moderado por Cristina Parente (FLUP, IS-UP).

² Relação que está presente nas reflexões elaboradas pelos sociólogos.

reflexão crítica muito distante das opiniões “dentristas” que, em alguns grupos profissionais, difundem uma imagem endeusada de “virtude profissional” com a finalidade primeira de justificar as suas jurisdições no mercado de trabalho.

Que atributos principais configuram o grupo profissional dos sociólogos? Em primeiro lugar, conhecimentos e competências científicas e técnicas, de natureza substantiva e processual, que lhe são parcialmente específicas e (re)construídas ao longo do desenvolvimento da sociologia como ciência social. A par disto subsiste a incorporação de conhecimentos de outras ciências sociais, expressando um padrão de interdependência disciplinar. Esta é precisamente uma das fortes qualidades teórico-metodológicas dos sociólogos e que decorre diretamente do seu processo de socialização académica e ethos profissional. Nem sempre vemos essa postura por parte de outros cientistas sociais, mas, ao invés, uma arrogância e imperialismo científicos. Em segundo, formação académica ministrada em diversas Universidades nacionais materializada atualmente em três ciclos de ensino (licenciatura, mestrado e doutoramento), de acordo com o Processo de Bolonha³. Por sua vez, não existe um ato profissional sociológico que sustente jurisdições profissionais monopolistas. E a principal razão para isso é a natureza complexa e a multidimensionalidade do objeto da sociologia que impossibilitam uma relação direta e unívoca com uma prática profissional sustentada num elenco normativo de tarefas. É uma questão polémica e geradora de debate no seio do grupo (Costa, 2018). Contudo, consideramos que temos assistido à construção continuada de espaços de atividades para os sociólogos, com uma relativa diferenciação face a outros grupos profissionais, consequência quer do seu incremento e diversificação das suas atividades no mercado de trabalho, exteriores à academia, quer da demonstração positiva e funcional, em contexto organizacional, dos seus conhecimentos e competências. Em quarto, uma autoidentidade de grupo e uma cultura profissional que são próprias, embora nem sempre difundidas e percecionadas com contornos bem demarcados,

³ O Processo de Bolonha estabelece três ciclos de estudos: 1º ciclo, licenciatura (3 anos); 2º ciclo, mestrado (3 anos); 3º ciclo, doutoramento (3 anos). O mestrado integrado (geralmente de 5 anos) existe para cursos que formam para profissões reguladas exclusivamente por Ordens profissionais. Os cursos de sociologia adequaram-se ao novo ciclo de estudo tripartido. Reduz-se substancialmente o período de formação dos diplomados em sociologia, que anteriormente a 2006 correspondia à licenciatura (5 ou 4 anos conforme os cursos), mestrado (2 anos) e doutoramento (geralmente 4 a 5 anos).

que geram diferenciação e distinção sociais. Atributo este que se estriba na existência de um código deontológico, que regista sinais de desadequação, da responsabilidade da Associação Portuguesa de Sociologia (APS), como também em princípios éticos (APS, 1992; Vieira *et al.*, 2020). Em quinto, a existência de duas associações de natureza científica e profissional, a APS e a Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT), ambas criadas em 1985. Não têm o poder monopolista de controlar o acesso à profissão, de regular e supervisionar as respetivas atividades. Isso não impede de reconhecerem os seus membros como sociólogos e de exercerem ações, na qualidade de instância de representação política, de defesa da sociologia e da profissão de sociólogo⁴. Por último, existe o reconhecimento pelas entidades estatais, privadas e outras, dos contributos científicos e profissionais dos sociólogos como profissionais altamente qualificados com incidência no mercado de trabalho. Não é amplo e não tem sido consistente ao longo do tempo. A barreira do desconhecimento e/ou da desvalorização mantém-se presente por parte de organizações públicas e privadas. O mesmo podemos afirmar (sem assumir uma visão pessimista) de segmentos populacionais quando confrontados sobre “o que é a sociologia?” e “para que serve o sociólogo?”.

Importa reforçar que a emergência e consolidação dos grupos profissionais são o produto de uma trama complexa de fatores (Gonçalves, 2006 e 2007), que igualmente verificamos para os sociólogos, embora com algumas particularidades: o desenvolvimento da respetiva formação universitária de modo a serem produzidos os profissionais; a existência de um corpo de conhecimentos teóricos, técnicos e de competências específicas que enformam as representações e as práticas em

⁴ Ambas as associações têm o estatuto de “Entidade de Utilidade Pública”. De acordo com o artigo 2º dos Estatutos da APS “A Associação Portuguesa de Sociologia tem por objectivos: a) Promover o desenvolvimento da Sociologia em Portugal e a criação de uma comunidade sociológica nacional; b) Encorajar a investigação e dinamizar a comunicação e o debate científico; c) Incentivar e divulgar a análise sociológica da realidade portuguesa; d) Promover a integração dos sociólogos portugueses na comunidade sociológica internacional; e) Divulgar junto das instituições e da opinião pública a natureza e os contributos da Sociologia; f) Favorecer o relacionamento com outras disciplinas e outras comunidades científicas e grupos sócio-profissionais; g) Promover a actividade profissional dos sociólogos e garantir um adequado cumprimento do seu código deontológico”. Sobre a história da APS e da APSIOT atenda-se a Kovacs & Moniz (1986), Machado (2020 e 2022), Baptista & Machado (2009), Costa (2018) e Machado (2019 e 2022). Ramos (2021) dá-nos conta das opiniões dos diplomados em sociologia sobre aquelas duas associações.

contexto de trabalho; a criação e divulgação do título profissional e das correspondentes definições; as mutações económicas, científicas, técnicas e organizacionais que induzem a criação de novos empregos cujo perfil de tarefas convoca, nem sempre de modo exclusivo, a intervenção da profissão emergente; o trabalho social e político desenvolvido pelas instâncias de representação da profissão com o objetivo de conquista e manutenção de jurisdições e de privilégios materiais e simbólicos (o que ocorre frequentemente contra os interesses de outros grupos profissionais); a intervenção direta ou indireta do Estado face ao grupo. Acrescenta-se que todo este processo se ancora em ações individuais e coletivas que os profissionais desencadeiam para obter o (re)conhecimento social da profissão, da área científica que a enforma e do leque de atividades que desempenham no mercado de trabalho.

2.

Não é este o espaço para uma abordagem desenvolvida de cada um dos atributos enumerados. Focaremos somente o ensino universitário da sociologia, os títulos académico e profissional e o exercício profissional. Constituem dimensões muito relevantes no processo de profissionalização.

A oferta institucional de cursos universitários em sociologia, no ano letivo de 2022/23, integrava 16 licenciaturas, 14 mestrados e 12 doutoramentos lecionados em 11 estabelecimentos de ensino⁵. É uma oferta robusta e expandida desde 1974, que progressivamente foi abrangendo a quase totalidade do território nacional, subsistindo uma parcial diversidade de planos de estudos, conteúdos temáticos e métodos de ensino⁶. Expansão que se articula com a consolidação da investigação sociológica e o processo de profissionalização⁷ e, por sua vez, se incorpora no âmbito

⁵ Abrangemos somente os cursos cuja denominação tinha o termo sociologia e que estavam classificados na “Área de educação e formação – código da área detalhada” 0314. Veja-se Direção Geral das Estatísticas de Educação.

⁶ Sobre o ensino da sociologia na Universidade consulte-se: Resende e Vieira (1993); Machado (1993); Silva (1999); Ferreira e Serpa (2017); Romão (2021); Brandão *et al.* (2021); Mendes & Sá (2021); Bento *et al.* (2021).

⁷ Consulte-se sobre a profissionalização, entre outros, os seguintes textos: Costa (1988 e 2004); Almeida (1999a); Gonçalves *et al.* (2004); Pinto (2004); Machado (1996); Lopes *et al.* (2020); Silva (2016); Abrantes (2022).

mais global dos “geradores institucionais de sociologia em Portugal” (“gerador sociocultural” e “gerador político-social”) definidos por Machado (2022).

Em 2009, completava-se a implementação do Processo de Bolonha, iniciada três anos antes, que necessariamente reestruturou a procura e a oferta do ensino universitário da sociologia (Quadro 1)⁸. O número de vagas de ingresso nas licenciaturas decresce até ao ano letivo de 2013/14, estabilizando posteriormente. Assiste-se a uma contenção da oferta por parte das instituições de ensino. No caso dos inscritos nas licenciaturas e mestrados é patente, nos primeiros anos da série, uma redução, seguida de limitadas variações anuais. Aspeto este que caracteriza igualmente os doutorandos ao longo do tempo (retenha-se o elevado número de matriculados). Quanto aos diplomados, os licenciados diminuem depois de 2011/12, registando-se, nos anos seguintes, inflexões de sentido contrário. Os mestres têm o mesmo padrão de evolução, enquanto os doutores primam pela irregularidade quantitativa. Todo este movimento demográfico da sociologia segue genericamente o padrão do ensino superior em geral. Entre 2011/12 e 2016/17 ocorre um decréscimo do volume de inscritos e de diplomados. Tendência que, só em parte e lentamente, se inverte em anos posteriores. Estamos perante o efeito substantivo da severa crise económica e social que irrompeu em finais de 2008⁹ e do início da recuperação paulatina que se lhe seguiu passados cerca de quatro anos. Para todos os ciclos de ensino da sociologia é observável uma proporção maioritária, ou muito perto disso, de mulheres (entre os 45% e os 60%), alinhando com a bitola do ensino superior no nosso país, considerado globalmente. A completar estes dados é relevante indicar que o ensino da sociologia é procurado por estudantes internacionais. No ano letivo de 2022/23, tinham este estatuto 9,9% do total dos alunos das licenciaturas (4,4% da

⁸ É de sublinhar que os indicadores que passaremos a apresentar correspondem à agregação de todos os cursos de sociologia, o que oculta as diferenças quantitativas entre si.

⁹ Recorde-se que a partir do final do ano de 2008 ocorreu uma forte degradação da situação económica e financeira do país num contexto internacional de instabilidade e incerteza. Em abril de 2011, face ao agravamento das condições económicas e do financiamento internacional, especialmente da crise da dívida soberana, o XVIII Governo Constitucional pediu ajuda financeira externa. É adotado um Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu. Inicia-se o período de ajustamento estrutural com a aplicação do “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica”, que integrou, principalmente, restrições às despesas públicas, acréscimo substancial dos impostos diretos e indiretos e reconfiguração do mercado de trabalho (desvalorização salarial e alteração das relações individuais e coletivas do trabalho no sentido sempre da sua flexibilização precarizante). A saída do período de resgate ocorreu em maio de 2014, na vigência do XIX Governo Constitucional.

Guiné-Bissau), 58,3% dos mestrandos (13,4% do Brasil) e 35,5% dos doutorandos (23,6% do Brasil). Representavam 17,6% do total dos alunos de sociologia¹⁰.

Quadro 1.

Indicadores sobre o ensino universitário da sociologia

Ano Letivo	Licenciatura vagas	Inscritos			Diplomados			Inscritos a)	Diplomados b)
		Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento		
2009/10	787	2283	444	342	457	132	33	378 156	74 538
2010/11	732	2280	407	329	398	107	36	391 221	75 265
2011/12	725	1935	388	310	477	114	47	386 258	78 975
2012/13	625	1816	266	417	463	91	47	368 209	78 947
2013/14	596	1729	424	318	339	82	51	358 733	74 129
2014/15	559	1605	352	326	395	86	43	345 263	74 457
2015/16	557	1706	319	317	387	70	31	346 118	72 888
2016/17	557	1645	303	363	327	84	46	347 090	73 821
2017/18	559	1648	288	361	387	75	45	356 559	76 093
2018/19	562	1710	290	365	394	74	35	366 535	76 957
2019/20	560	1631	289	334	438	69	29	376 089	81 008
2020/21	547	1715	311	385	433	87	24	390 371	85 758
2021/22	579	1838	364	345	350	85	40	410 411	84 639
2022/23	563	1852	358	344	442	84	41	422 219	90 379

Notas: a) Total nacional. Inclui unicamente licenciaturas, mestrados e doutoramentos. b) Total nacional. Inclui unicamente licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

Fonte: RAIDES

Verificamos acima uma sustentada abertura de vagas para as licenciaturas em sociologia. Que procura subsiste? Para os anos letivos mais recentes¹¹, as candidaturas às licenciaturas em sociologia, na 1ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior, são expressivas. Contudo, só uma parcela limitada delas corresponde à 1ª opção indicada pelos candidatos. Isto vai induzir uma situação semelhante nas colocações.

Quadro 2.

Procura do ensino universitário da sociologia na 1ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior.

	Candidaturas	Candidaturas 1ª opção (%)	Colocados	Colocados 1ª opção (%)
2020/21	3996	9,5	569	16,9
2021/22	3654	9,3	559	25,9
2022/23	3869	10,0	541	21,2

Fonte: Ministério da Educação, Ciência e Inovação

¹⁰ Para aquele ano letivo do total dos alunos inscritos no ensino superior (446.028), 17% eram estrangeiros.

¹¹ Somente existe informação para aqueles anos. Consulte-se: <https://www.dges.gov.pt> (consulta em 1 de setembro de 2024)

A este indicador podemos agregar outro – passado um ano de ingresso no 1º ano das licenciaturas em sociologia, qual a situação académica dos respetivos alunos? Para 2022/23¹²: i) permaneciam inscritos no mesmo estabelecimento/curso, 69,2%; ii) não estavam inscritos nos cursos de sociologia, mas em outro curso do estabelecimento em que ingressaram um ano antes 6,3%; iii) não estavam inscritos em sociologia, mas em outro estabelecimento, 8,0%; iv) não se encontravam em nenhum curso do ensino superior nacional, 16,5%. Existe um fluxo de saída relevante no final do 1º ano e que não deve ser menosprezado (cerca de 3 em cada 10 alunos). Podemos admitir que a não eleição das licenciaturas em sociologia como 1ª opção seja um dos fatores que concorre para a transferência dos alunos para outro curso ou para o abandono escolar¹³. Note-se que subsistem alunos em que a saída não ocorre porquanto aderem à sociologia pelos conteúdos, métodos pedagógicos usados, contexto académico ou ação deliberada dos docentes e das instituições de ensino em contrariar o abandono e o insucesso escolar¹⁴.

Em 2006, a disciplina de sociologia no Ensino Secundário, lecionada no 12º ano, deixou de integrar o conjunto de exames nacionais. Foi uma medida que conduziu à sua subalternização académica e à sua ausência, ou perda de importância, na formação científica e humana dos alunos. A isto acrescentamos que reiteradamente a disciplina não é lecionada por docentes diplomados em sociologia, aqueles que detêm os conhecimentos científicos e técnicos necessários para o fazer. A condição inversa de lecionação seria fundamental para a motivação e interesse dos alunos e um forte estímulo ao ingresso nas licenciaturas em sociologia¹⁵. As direções da APS

¹² Corresponde a todos os “alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, em 2020/21 ou em 2021/22”, abrangendo 1499 indivíduos. Fonte: <https://www.dges.gov.pt> (consulta em 5 de setembro de 2024)

¹³ Quais as razões para o ingresso na licenciatura em sociologia? Em Gonçalves *et al.* (1995), a questão foi abordada no quadro mais global da caracterização da população estudantil que frequentava o 1º ano da licenciatura em Sociologia da FLUP nos anos letivos de 1992/93 a 1994/95. “Possibilidade de vir a participar no processo de desenvolvimento social do país”, “Possibilidade de intervenção no âmbito da realidade social” e “Acesso a uma profissão cuja prática lhe proporcionará satisfação e realização pessoal” são as razões mais relevantes para a escolha do curso. Representam um cruzamento entre um valor ego-centrado (o último) e os valores sócio-centrados (os dois primeiros). Aqui fica esta nota para a história do ensino da sociologia.

¹⁴ O interesse dos sociólogos pelo abandono e o insucesso escolar no ensino superior encontra-se patente nos textos de Hernâni Neto *et al.* (2010), Almeida (2013) e Costa *et al.* (2014), que mantêm a sua atualidade.

¹⁵ É de reter a divulgação da sociologia pela comunidade universitária junto dos alunos do ensino secundário, indicada em Alves *et al.* (2021), pela FLUP e Vieira *et al.* (2021), pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Com a intervenção dos docentes, investigadores e alunos de sociologia da FLUP realiza-se anualmente o Dia Aberto da Sociologia, a Universidade Júnior (com um curso que, em 2024, teve o título “Uma semana na lua com a Sociologia: anda ver o mundo como nunca sonhaste!”) e Mostra da Universidade do Porto. Veja-se também <https://isociologia.up.pt/atividades-de-extensao>

procuram, junto do Ministério da Educação e ao longo dos anos, mudar este panorama, contudo, sem sucesso (Silva, 2022). Por parte dos colegas sociólogos, que são docentes no Ensino Secundário, tem sido patente uma capacidade de problematização das suas práticas pedagógicas, dos conteúdos programáticos e do interesse por parte dos alunos pela sociologia (APS, 1999).

A reconfiguração do ensino universitário da sociologia com o Processo de Bolonha, decorrente da aplicação do princípio geral da circulação entre formações académicas de áreas científicas diferentes, conduziu à formação de mestres e doutores na nossa área de não licenciados e/ou mestres em sociologia. Por exemplo, no mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), e agregando os respetivos diplomados entre 2017/18 e 2019/20¹⁶, 60,4% eram licenciados em sociologia. Filosofia, serviço social, jornalismo e comunicação e economia são as licenciaturas predominantes no conjunto dos restantes mestres. Noutros termos, ingressam no mercado de trabalho mestres provenientes da fileira formativa da sociologia (licenciatura na área) e outros com uma formação compósita ou híbrida (licenciaturas em outras áreas científicas). Dois percursos no ensino superior cujos sujeitos vão usar o mesmo título académico de mestre em sociologia e, provavelmente, o mesmo título profissional de sociólogo. Retenha-se que, atualmente, as licenciaturas em sociologia são robustas e amplas quanto a conteúdos, por exemplo, nos domínios das teorias, metodologias, métodos quantitativos, dinâmicas das sociedades contemporâneas e em algumas sociologias especializadas (trabalho/organizações, família, território e outras) a par de incorporação, na oferta formativa, de unidades curriculares de outras ciências sociais. Quem não provém da licenciatura em sociologia não possui, parcial ou totalmente, tais conteúdos¹⁷. Possui outros, obtidos nas respetivas licenciaturas, o que importa não esquecer. Em síntese, no ingresso no mercado de trabalho cada um dos percursos vai necessariamente apresentar um património de conhecimentos e de competências parcialmente disjunto. É uma questão que fica em aberto, que merece

¹⁶ Dados retirados dos estudos do Observatório de Emprego da Universidade do Porto, que correspondem à amostra de 53 mestres (96,4% do total dos mestres em sociologia).

¹⁷ Não é em dois anos letivos de mestrado em Sociologia, em que o primeiro está estruturado no conjunto de unidades curriculares que perfazem 60 ECTS, e o segundo dirigido para a realização de uma dissertação ou estágio, que se consegue colmatar a ausência dos conhecimentos apreendidos na licenciatura em Sociologia.

uma reflexão na academia em que devem participar os empregadores, mas nunca num registo de inclusão/exclusão.

3.

O ensino universitário da sociologia é um ponto de partida para a discussão dos títulos académico e profissional, bem como do exercício da profissão de sociólogo. São indissociáveis e cruciais para a identidade e reconhecimento social e profissional do grupo particularmente face aos demais profissionais. Aqueles dois tipos de títulos não são meras designações produzidas num “vazio social”. Eles dão nome a uma coisa. São um meio de identificação e de hierarquização sociais. Funcionam como uma bússola nas dinâmicas sociais. O uso de diplomado em sociologia (licenciado, mestre e doutor) é pacificamente aceite entre nós. Decorre do êxito do processo de institucionalização do ensino universitário da ciência sociológica desde 1974. Resistiu às turbulências da aplicação do Processo de Bolonha. Vemos que não é o único título académico que poderá dar acesso, ao nosso grupo, segundo os Estatutos da APS¹⁸. É uma posição que faz jus a todos aqueles que, principalmente nos períodos que Machado (2020 e 2022) delimitou como “Primeiros passos (1961-1974)” e “Institucionalização inicial (1974-1985)”, tiveram uma atividade crucial nos planos do ensino e investigação sociológica. E que continuam a ter os que já não estão entre nós. Por sua vez, o título profissional de sociólogo, de um modo geral, não gera controvérsias substantivas. Importa não esquecer que as nomenclaturas profissionais (Gonçalves, 2006; Gonçalves *et al.*, 2004) são, concomitantemente, quer um conjunto estruturado, interdependente e hierarquizado de profissões (usadas como ferramentas administrativas para categorização), quer recursos integrantes e

¹⁸ Estatutos da APS: “número 1 do Artigo 3º. Podem filiar-se na Associação todos os indivíduos no pleno gozo dos seus direitos civis, que sejam titulares de um qualquer grau académico em Sociologia do 1º, 2º ou 3º ciclos do ensino superior e que se empenhem activamente na prossecução dos objectivos da Associação, não sendo possível a filiação de pessoas colectivas de direito privado, público ou cooperativo; Artigo 4º, 1. Podem solicitar a filiação à Associação, através de requerimento próprio dirigido à Direcção, outros indivíduos que não reúnam as condições mencionadas no nº 1 do Artigo anterior, fazendo-o acompanhar de um curriculum vitae e profissional e de uma declaração justificativa do seu interesse específico pela filiação na Associação Portuguesa de Sociologia. 2. A Direcção, se assim o entender, poderá solicitar parecer do Conselho Consultivo para fundamentar a sua decisão sobre a atribuição da condição de membro associado da APS. 3. Aplica-se ao membro associado da APS os mesmos deveres e direitos que ao sócio efectivo, salvo o direito de ser eleito para a presidência de qualquer um dos órgãos da Associação, e o de deliberar sobre a alteração dos estatutos e a extinção da Associação”.

(re)produtores das identidades profissionais, quer ainda objetos de lutas sociais entre as instâncias de representação política dos respetivos grupos, no sentido de concretização de áreas de atividade profissional exclusivas no mercado de trabalho (não mais que a luta pela primazia dos seus recursos científicos e técnicos). Em síntese, o grupo profissional mobiliza instrumentalmente o seu título para o seu reconhecimento, para se distinguir dos demais (simbolicamente) com efeitos, diretos ou indiretos, no mercado de trabalho. Estamos no âmago dos processos de classificação/desclassificação/reclassificação sociais (Gonçalves, 2007).

O acesso à docência da disciplina de sociologia no ensino secundário e das disciplinas da área das ciências sociais dos ciclos de ensino básico (Valente *et al.*, 1995; Almeida, 1999b; Silva, 2022), às funções na administração pública central e local, consonantes com os conhecimentos e competências dos sociólogos, são exemplos de conflitos em que o nosso grupo, por vezes, foi preterido. Conflitos sem expressão pública e que ocorrem nos “bastidores” dos diversos organismos do Estado. Para a resolução a favor de um grupo em detrimento de outros, a capacidade política das respetivas instâncias de representação junto das direções daqueles organismos, a própria pertença profissional de quem ocupa tais direções, a desvalorização dos conhecimentos e competências do grupo não eleito e a opinião avulsa de que os respetivos profissionais não se adequam ao elenco de políticas do governo do momento são fatores a ter em consideração. O desconhecimento dos nossos papéis profissionais e/ou a confusão com outras formações académicas sobre o “social” – por exemplo, serviço social, animação sociocultural, ciência política, psicologia (em determinadas especializações), recursos humanos – são igualmente de considerar. Formações que nas últimas duas décadas aumentaram o número de cursos e vagas para licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

Uma parcela dos diplomados em sociologia não integra o grupo dos sociólogos. Em Gonçalves *et al.* (2001 e 2004) apresentam-se alguns dados sobre a questão¹⁹. Em

¹⁹ Trazemos ao presente texto tais estudos. Plasam as condições de acesso ao emprego dos licenciados em Sociologia pela FLUP, entre 1988/89 e 1996/97, no caso da primeira publicação, e 1988/89 e 2001/02 na mais recente. Nem sempre divulgados, consideramos que são importantes para o equacionamento do emprego, embora estejam datados. É um contributo para a história da Sociologia da FLUP.

ambos os estudos cerca de 60% dos inquiridos reconhecem-se como sociólogos. Sobressai que a autoidentificação era alicerçada principalmente em dois tipos de justificações – “pelos conhecimentos sociológicos” e “pela função profissional”. Subsistia uma plena compatibilidade entre a formação académica e a atividade profissional”. No conjunto dos que não se reconheciam como sociólogos tal compatibilidade não era admitida, parte deles optaram por outro título profissional de modo a exprimir a assunção plena do seu emprego. Ramos *et al.* (2021) concluem pela importância relativa das representações do sociólogo como “profissional instrumental/interventivo” e “analista social abstrato/interpretativo”, ainda que com cambiantes conforme as gerações e as instituições de ensino, ao estudar as competências e práticas profissionais dos diplomados em sociologia²⁰. Reforçando o que acima apontámos, é de acolher que a autoidentificação como sociólogo, que ao longo da vida de trabalho pode extinguir-se e dar lugar a outra filiação profissional, está intrinsecamente associada ao processo de socialização no decurso da sua formação académica e às condições globais do mercado de trabalho. Os trabalhos de Tripier *et al.* (2011), Champy (2009) Vezinat (2016) e Burns (2019) no campo das profissões lançam pistas relevantes.

Os sociólogos exercem uma pluralidade de papéis profissionais no mercado de trabalho. É uma das características da nossa profissão, como se demonstra em APS (1992 e 1999), Machado (1996), Carreiras *et al.* (1999), Gonçalves *et al.* (2001 e 2004), Ramos (2018 e 2021), Parente (2014 e 2014a) e Pimentel (2016), entre outros²¹. Como apontámos acima, não existe um ato profissional sociológico, o que não deve ser interpretado como elemento de desvalorização profissional dos sociólogos. É essencial que se (re)afirme, de modo continuado e em “voz alta”, mas nunca numa postura de mera propaganda, que eles detêm uma formação académica que lhes confere uma importante preparação nos domínios teórico e metodológico,

²⁰ Entre nós o debate sobre a identidade profissional dos sociólogos tem contado, por vezes, com a mobilização dos tipos de sociologia de Burawoy (2005).

²¹ Consulte-se o Portfólio Profissional de Sociólogos/as <https://portfolioprofissionaldesociologos.wordpress.com/>. Os testemunhos dos sociólogos registados em APS (1995 e 1999), Carreiras *et al.* (1999), Ramos (2018) e Parente (2014 e 2014a) são os “bons exemplos” (Desrosières & Thévenot, 1988) da profissão. Podem funcionar como representações do que os sociólogos realizam em contextos de trabalho para o interior do grupo, estudantes de sociologia e potenciais empregadores.

na capacitação para a compreensão das dinâmicas sociais e para a intervenção social sociologicamente fundamentada, tornando a sua presença indispensável nas organizações.

Ao longo da institucionalização da sociologia portuguesa vários processos foram (re)desenhando o emprego para os sociólogos. O predomínio inicial dos sociólogos como docentes do ensino superior e investigadores foi dando lugar a atividades profissionais em empresas, autarquias, organismos do Estado central e regional, entidades do terceiro setor, entre outras organizações empregadoras. É um movimento que exprime o aumento e pluralidade da procura social dos conhecimentos e competências dos sociólogos, mas também o papel estruturante que as constantes (re)configurações das diversas entidades do mercado de trabalho determinam na criação/destruição do emprego. E aqui a natureza da oferta do emprego vem sendo decisiva para uma inserção qualificante dos sociólogos, o que nem sempre acontece. Por outro lado, subsistiu no passado recente, no quadro global das (re)configurações das organizações e da divisão do trabalho, o desenvolvimento de novos empregos que têm um perfil de funções inovador e não se encontram referenciados a uma particular formação académica. Tal ocorre predominantemente no setor dos serviços. Para a sua execução, por exemplo, os conhecimentos e competências dos que têm um título académico nas áreas das ciências sociais e do comportamento, humanidades e comunicação são um espaço eleito de recrutamento. Estamos perante a intermutabilidade entre diferentes formações académicas para a execução daqueles empregos em que uma parcela dos sociólogos se integra. Em simultâneo, diplomados em sociologia vivenciam trajetórias oscilantes entre emprego precário/formação/desemprego (de duração variada). Alguns dos empregos são marcados pela sobre-educação²², não conseguindo quem os detém aceder a outros que lhes possibilitem a mobilização dos conhecimentos e competências adquiridos

²² No equacionamento das relações entre o ensino e o mercado de trabalho, a situação de sobre-educação (genericamente abrange os sujeitos que possuem um nível de escolaridade superior ao requerido para o exercício das funções do emprego que ocupam num determinado momento da sua trajetória profissional) tem ganho expressão em Portugal. Veja-se Gonçalves (2017), Cantante e Estevão (2024); Fundação José Neves (2023), Suleman *et al.* (2024)

na sua formação, não obstante todas as ações que desencadeiam nesse sentido²³. Vivenciam uma reconversão profissional forçada, de natureza desqualificante, que vai erodindo as aspirações e expectativas que foram construindo ao longo do tempo, com particular incidência no decurso da sua formação académica em sociologia.

A pluralidade de papéis profissionais exercidos pelos sociólogos terá de ser equacionada com prudência, na medida em que pode gerar reações de afastamento e de desagregação do grupo profissional. Afastamento materializado no abandono dos conhecimentos e competências sociológicos. Desagregação quanto aos princípios identitários e ao autorreconhecimento como sociólogo. Enfrentar tal situação envolve ações particulares, que abrangem as dimensões do ensino e mercado de trabalho. Realizar uma análise continuada no tempo, ao nível de cada curso de sociologia (licenciatura, mestrado e doutoramento), sobre a transição da universidade para o trabalho e das trajetórias profissionais dos respetivos diplomados - o que permitiria observar as suas posições no mercado de trabalho e os modos como se relacionam com a sua formação académica, com a sociologia e com a profissão de sociólogo - são dimensões a problematizar detalhadamente. Assim, estariam criadas as condições para a compreensão detalhada das dinâmicas inerentes à inserção societal da nossa profissão. A par disto, outras ações seriam necessárias. Em primeiro lugar, a manutenção e incremento, nos planos de estudos dos três ciclos universitários em sociologia, de conteúdos sobre as práticas profissionais dos sociólogos e as questões éticas e deontológicas. Em segundo, o desenvolvimento, pela APS, APSIOT e cursos de sociologia, da divulgação e defesa

²³ No naipe de fatores que concorrem para essa situação, destacamos os mais relevantes: i) contexto social e económico criador ou destruidor de empregos; ii) relações entre as áreas científicas dos cursos e a oferta de emprego por parte das organizações empregadoras que podem ser mais ou menos facilitadoras da permanência ou não em emprego/desemprego e da sobre-educação (no sentido da quantidade e qualidade do emprego e do seu possível "ajustamento" aos conhecimentos e competências dos diplomados). O deficit de inovação organizacional e tecnológico que trespassa o tecido empresarial nacional conduz à desvalorização laboral dos diplomados num momento histórico em que existe uma tendência pesada de crescimento do nível da escolaridade da população; iii) embora sem a relevância dos fatores anteriores, é de atender que por parte das instituições de ensino superior subsiste a oferta de cursos e/ou de volume de vagas de ingresso que se rege mais por razões internas ou externas àquelas instituições, subvalorizando as dinâmicas do mercado de trabalho (não é o caso do ensino da sociologia). Note-se que não defendemos a determinação absoluta das configurações do sistema de ensino superior por parte do tecido económico. Nas últimas décadas, acentuou-se o discurso e as práticas de natureza empresarial na governação das instituições de ensino superior, da meritocracia e da adoção de uma perspetiva individualista sobre a empregabilidade dos diplomados. Discursos e práticas veiculadas por segmentos das comunidades académicas e presente nas medidas dos sucessivos governos.

da nossa imprescindibilidade nas organizações pelos conhecimentos e competências que detemos (a presença de sociólogos nas organizações pode ser um facto a potenciar o êxito desta ação). Divulgação feita continuamente junto dos organismos do Estado, mas também de outras organizações empregadoras, com especial destaque para as empresas tão reativas ao emprego de sociólogos. E, ainda, a APS e APSIOT, na qualidade de instituições de representação política, devem continuar, ou mesmo exponenciar, a sua atividade de defesa dos sociólogos e de impedimento que outros grupos profissionais, por vezes de modo expedito, nos subalternizem no mercado de trabalho. As atividades das comumente denominadas profissões científicas e técnicas são sempre objeto de luta, de modo a manter e/ou ampliar a profissionalidade dos respetivos grupos no mundo do trabalho.

Referências bibliográficas

- ABRANTES, Pedro, *et al.* (2022), "Inserções, identidades e competências dos sociólogos em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 100, pp. 65-85.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (1999a), "Uma introdução - Sociologia, sociólogos e práticas profissionais: percursos de construção da identidade no Portugal democrático", in: Helena Carreiras, Fátima Freitas e Isabel Valente (Eds.), *Profissão Sociólogo*. Lisboa: Celta Editora, pp.1-10.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (1999b), "A Sociologia e os sociólogos no ensino secundário", in Associação Portuguesa de Sociologia (Org.), *A Sociologia e o Ensino Secundário*. Lisboa: Celta Editora, pp. 5-16.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (Coord) (2013), *Sucesso, insucesso e abandono na Universidade de Lisboa: cenários e percursos*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- ALVES, Ângela *et al.* (2021), "Olhar sociológico sobre o mundo: debates nas escolas secundárias. Reflexões e práticas no Norte e Centro do País", *Configurações*, 28, pp. 43-64.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA (1992), *Código deontológico*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA (1999), *A Sociologia e o Ensino Secundário*. Oeiras: Celta Editora.
- BAPTISTA, Luís, & MACHADO, Paulo (2009), "A comunidade sociológica portuguesa: Pensando o papel e os dilemas da sociologia portuguesa contemporânea a partir da actividade da APS", *Revista Angolana de Sociologia*, 4, pp. 255-283.
- BENTO, Sofia, COSTA, Rosalina, & ARAÚJO, Emília (2021), "Trabalhos de grupo no ensino da Sociologia: práticas, discursos e tensões", *Configurações*, 28, pp. 139-158.
- BRANDÃO, Ana Maria, MELO, Benedita Portugal, & LOPES, João Teixeira (2021), "O ensino e a divulgação da Sociologia em Portugal: nota introdutória", *Configurações*, 28, pp. 5-10.
- BURAWOY, Michael (2005), "For public sociology", *American Sociological Review*, 70(1), pp. 4-28.
- BURNS, Edgar Alan (2019), *Theorising professions: a sociological introduction*. London: Palgrave MacMillan.
- CANTANTE, Frederico, & ESTÊVÃO, Pedro (2024), *(Des)ajustamentos qualificacionais em Portugal: evolução, incidências e a importância do ponto de partida*. Lisboa: Estudos CoLABOR.
- CARREIRAS, Helena, FREITAS, Fátima, & VALENTE, Isabel (Orgs.) (1999), *Profissão Sociólogo*. Oeiras: Celta Editora.
- CHAMPY, Florent (2009), *La Sociologie Des Professions*. Paris: PUF.
- COSTA, António Firmino da (1988), "Cultura profissional dos sociólogos", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, pp. 107-124.
- COSTA, António Firmino da (2004), "Será a sociologia profissionalizável?", in Carlos Manuel Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (Coords.), *Actas do Encontro Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*. Porto: Departamento de Sociologia da Universidade do Porto, pp. 35-58.
- COSTA, António Firmino da (2018), "Sociólogos: Associativismo inclusivo versus fechamento corporativo". *Sociologia ON LINE*, 18, pp. 81-87.

- COSTA, António Firmino da, LOPES, João Teixeira, & CAETANO, Ana (2014), *Percursos de estudantes no ensino superior. Fatores e processos de sucesso e insucesso*. Lisboa: Mundos Sociais.
- DESROSIÈRES, Alain, & THÉVENOT, Laurent (1988), *Les catégories socioprofessionnelles*. Paris: La Découverte
- FERREIRA, Carlos, & SERPA, Sandro, (2017), "Challenges in the teaching of Sociology in higher education. Contributions to a discussion", *Societies*, 7(4), 30.
- FUNDAÇÃO JOSÉ NEVES (2023), *Estado da Nação: Educação, Emprego e Competências*, Porto, Fundação José Neves.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2006), *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2007), "Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 17/18, pp. 177-223.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2017), "Diplomados universitários e sobre-educação", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático, pp. 42-74.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, DIAS, Isabel, & LOPES, João Teixeira (1995), "A Sociologia e os seus estudantes. Caracterização social e trajetória escolar", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 5, pp. 177-195.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, RODRIGUES, Eduardo, & AZEVEDO, Natália (Orgs.) (2004), *Actas do Encontro Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*. Porto: Departamento de Sociologia da Universidade do Porto.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, PARENTE, Cristina, & VELOSO; Luísa (2001), "Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 11, pp. 31-94.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, PARENTE, Cristina, & VELOSO; Luísa (2004), "Licenciados em sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 14, pp. 253-298.
- KOVÁCS, Ilona, & MONIZ, António Brandão (1986), *Iniciativa em sociologia industrial, das organizações e do trabalho e a formação da APSIOT – Associação de Profissionais em S.I.O.T*. Lisboa: APSIOT.
- LOPES, João Miguel Teixeira, *et al.* (2020), "Sociology in Portugal: local, national, and international dialogues", in Sari Hanafi and Chin-Chun Yi (Orgs.), *Sociologies in Dialogue*. London: Sage, pp. 305-322.
- MACHADO, Fernando Luís (1993), "O ensino da sociologia: entre a ciência e a profissão", *Cadernos das Ciências Sociais*, 12/13, pp. 81-105.
- MACHADO, Fernando Luís (1996), "Profissionalização dos sociólogos em Portugal: fatores, recomposições e implicações", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 43-103.
- MACHADO, Fernando Luís (2020), *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*. Porto: Edições Afrontamento.
- MACHADO, Fernando Luís (2022), *Investigação Sociológica em Portugal. Um guia histórico e analítico*. Porto: Edições Afrontamento.
- MENDES, Maria Manuela, & SÁ, Teresa V. (2021), "O ofício do Professor: experiências pedagógicas no ensino da Sociologia em cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo", *Configurações*, 28, pp. 105-122.
- NETO, Hernâni Veloso, COSTA, António Firmino da, & LOPES, João Teixeira (2010), *Fatores, representações e práticas institucionais de promoção do sucesso escolar no Ensino Superior*. Porto: Editora UP.
- PARENTE, Cristina (Ed.) (2014), *Saídas Profissionais - O que é ser sociólogo hoje? Narrativas breves sobre experiências profissionais em construção*, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Working Paper, 9.
- PARENTE, Cristina (Ed.) (2014a), *Saídas Profissionais – O que é ser sociólogo hoje? Narrativas breves sobre experiências profissionais em construção (II)*, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Working Paper, 11.
- PIMENTEL, Duarte (2016), *Sociologia em contextos: um inventário de monografias sobre práticas profissionais: 2012-1995*. Lisboa: Sílabo.
- PINTO, José Madureira (2004), "Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.
- RAMOS, Madalena (2018), "As práticas profissionais dos sociólogos em Portugal", in Madalena Ramos, Luís Capucha e Inês Tavares (Orgs.), *Quem São e o Que Fazem os Sociólogos em Portugal?*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 7-25.
- RAMOS, Madalena *et al.* (2021), *Competências e Práticas Profissionais dos Sociólogos*, Lisboa, APS e APSIOT.
- RESENDE, José; & VIEIRA, Maria Manuel (1993), "A Sociologia e o Ensino Superior em Portugal: um levantamento e algumas interrogações", *Cadernos de Ciências Sociais*, 12/13, pp. 53-79.
- ROMÃO, Ana (2021), "Sociologia na Academia Militar: de uma história improvável aos desafios atuais", *Configurações*, 28, pp. 11-26.
- SILVA, Filipe Carreira da (2016), *Sociology in Portugal: A Short History*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- SILVA, Manuel Carlos (1999), "O lugar do sociólogo em contexto universitário. Alguns elementos para reflexão sobre o ensino da Sociologia na Universidade do Minho", in Associação Portuguesa de Sociologia, *A Sociologia e o Ensino Secundário*, Oeiras, Celta Editora, pp. 85-98.
- SILVA, Manuel Carlos (2022), "A Sociologia como área disciplinar e de ensino em Portugal", *Sociologia On Line*, 28, pp. 69-96.

SULEMAN, Fátima, VIDEIRA, Pedro, & TEIXEIRA, Pedro Nuno (2024), "The expansion of higher education and overeducation in Portugal: insights from the last two decades 80", in Fátima Suleman, Pedro Videira, Pedro Nuno Teixeira, *Mass Higher Education and the Changing Labour Market for Graduates. Between Employability and Employment*. London: Elgar Publishing, pp. 80-101.

TRIPIER, Pierre, DUBAR, Claude, & BOUSSARD, Valérie (2011), *Sociologie des professions*. Paris: Armand Colin.

VALENTE, Isabel, MACHADO, Fernando Luís, & COSTA, António Firmino da (Orgs.) (1995), *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.

VEZINAT, Nadège (2016), *Sociologie des groupes professionnels*. Paris: Armand Colin.

VIEIRA, Maria Manuel, DIOGO, Ana Matias, & MARQUES, Ana Paula (2020), "Ética e deontologia no exercício da sociologia: novos desafios", *Sociologia On Line*, 23, pp. 31-50.

Carlos Manuel Gonçalves.

Sociólogo. Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n. 4150-564 Porto, Portugal
Email: cmgves@letras.up.pt

Artigo recebido a 17/10/2024 e aceite para publicação a 23/11/2024.